



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

PARECER Nº \_\_\_\_/2025 DO PROJETO DE LEI Nº 42/2025  
Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos

Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 3, de 14 de junho de 1991, que “institui o Código de Posturas do Município de Unaí, Estado de Minas Gerais” e da Lei Complementar n.º 37, de 29 de setembro de 2000, que “institui o Código Sanitário do Município”.

Autor: Prefeito Municipal Thiago Martins Rodrigues  
- PL

Relator: Vereador Professor Diego - Cidadania

## RELATÓRIO

1. O Prefeito Municipal, como Chefe do Poder Executivo, apresentou o Projeto de Lei visando adequar o Código de Posturas e o Código Sanitário para padronizar o indexador de multas municipais à Unidade Fiscal do Município de Unaí - UFMU e majorar multas que especifica.

2. Na Mensagem nº 39, de 12 de maio de 2025, o Prefeito Municipal reforça tal necessidade de modificação legislativa a fim de facilitar o cálculo de multas impostas por descumprimento dos códigos e majorar valores de multas em assuntos sensíveis à população.

3. O Projeto chega nesta Comissão Permanente para análise preliminar sobre os aspectos de admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa da matéria, nos termos das alíneas ‘a’ e ‘g’, do inciso I do art. 102 c/c o art. 145, todos, do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

## FUNDAMENTAÇÃO

4. A matéria não tem iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Em que pese o inciso VII do art. 69 da Lei Orgânica Municipal prever ser competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis que disponham sobre matérias tributárias, tal dispositivo se encontra em dissonância com o rol taxativo previsto no inciso III do art. 66 da Constituição do Estado e com o rol taxativo do § 1º do art. 61 da Constituição da República, que são normas de repetição obrigatória.

5. Constitucionalmente, juridicamente e legalmente, de forma geral, não encontrei óbice no Projeto, salvo na alteração proposta para o art. 14 do Código de Posturas que prevê o seguinte:





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Art. 14. Toda e qualquer pessoa responsável ou proprietária de estabelecimento cuja atividade é prevista neste Código, **deverá permitir a entrada e dar inteira liberdade de fiscalização** aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente identificados, **permitindo o livre acesso a todas as áreas e dependências do local.**

6. Como se vê, o texto proposto prevê que a entrada dos fiscais deve ocorrer sem nenhum embaraço ou impedimento **a todos os espaços e dependências dos locais** sujeitos a fiscalização no âmbito do Código de Posturas, ocorre que o código trata de residências dos munícipes e de estabelecimentos comerciais.

7. Entendo que referida autorização legislativa contraria o disposto na Constituição, vejamos:

"Art. 5º (...)

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; "

8. Convém explicar que o conceito de "casa", para fins da proteção constitucional, conforme descrito no artigo 5º, XI, da Constituição, possui caráter amplo, não se restringindo apenas ao conceito comum de casa como sendo o local em que determinado indivíduo reside.

9. A abrangência dessa palavra encontra-se explicitada no Código Penal e no Código Civil, que dispõe:

Código Penal:

Art. 150. (...)

(...)

§ 4º - A expressão "casa" compreende:

I - qualquer compartimento habitado;

II - aposento ocupado de habitação coletiva;

III - compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

Código Civil:

Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

(...)

Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

Parágrafo único. Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

10. Assim entendemos que tal dispositivo precisa se adequar ao texto Constitucional c/c os Códigos Penal e Civil, evitando a violação do domicílio salvo em flagrante de crime, infração administrativa ou em caos de risco iminente à saúde ou segurança pública, devidamente justificados.

11. Sobre a técnica legislativa o Projeto visa alterar apenas a Lei Complementar nº 3/1991 e a Lei Complementar nº 37/2000, contudo trata de alterar diversos dispositivos cada qual em um artigo em separado, contrariando a boa técnica legislativa de que cada artigo deve tratar de apenas um assunto (alínea 'b' do inciso III do art. 11 da Lei Complementar nº 45/2003), sendo que o assunto é a alteração da Lei Complementar nº 3/91 (um artigo) e a alteração da Lei Complementar nº 37/00 (um artigo).

12. Na ementa do Projeto de Lei não consta o objetivo mor do Projeto, qual seja, o de padronizar a unidade referencial de multas nos códigos e majorar as multas que especifica, contrariando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 45/2003.

13. Ante tais considerações, em relação à inconstitucionalidade, entendemos por bem propor emenda substitutiva visando adequar o texto do art. 14 do Código de Posturas à Constituição e, em relação às questões de técnica legislativa, deixo de adequar nesse momento, para adequação na redação final do projeto, se aprovado.

## CONCLUSÃO

14. Pelo exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 42/2025, com a Emenda nº 1/2025 em anexo.

Plenário das Comissões Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, na data da assinatura eletrônica.

PROFESSOR DIEGO  
Vereador Relator | Cidadania





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

## EMENDA Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 42/2025

Dê ao art. 14 do Código de Posturas, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 42/2025, a seguinte redação:

*“Art. 14. Toda e qualquer pessoa responsável ou proprietária de estabelecimento cuja atividade é prevista neste Código, deverá permitir a entrada e dar inteira liberdade de fiscalização ao agente de fiscalização devidamente identificado, acompanhando a fiscalização e autorizando o acesso as áreas e dependências do local.*

*§ 1º Constituirá falta grave impedir, não autorizar, embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, sujeita a multa de 8 (oito) UFMUs, para o ato devidamente comprovado.*

.....

*§ 3º O acompanhamento da fiscalização é um direito renunciável tácita ou expressamente pelo fiscalizado que deverá ser informado pelo agente de fiscalização ao fiscalizado antes de iniciar a ação de fiscalização.*

*§ 4º A autorização para acesso a todos os ambientes do estabelecimento é dispensada em casos de:*

*I - autorização judicial;*

*II - flagrante de crime ou infração administrativa em qualquer área ou dependência do estabelecimento;*

*III - locais de acesso livre ao público em geral;*

*IV - estabelecimentos e ambientes sujeitos a controle sanitário; ou*

*V - existir risco iminente à saúde ou à segurança públicas, devidamente justificado.*

*§ 5º Além da multa prevista no § 1º deste artigo, o estabelecimento comercial que dificultar, embaraçar ou impedir a ação de fiscalização em ambientes internos não sujeitos a autorização, conforme estipulado no § 4º deste artigo, terá seu alvará de funcionamento suspenso e*





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

*será lacrado de forma preventiva até que seja possível atestar a regularidade do estabelecimento.  
(NR) ”*

Unaí, na data da assinatura eletrônica; 81º da Instalação do Município.

PROFESSOR DIEGO  
Vereador | Cidadania





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Av. José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unai - MG, CEP: 38.610-066.

CNPJ:19.783.570/0001-23.

## Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DIEGO RAMIRO DA SILVA - VEREADOR**  
**PROFESSOR DIEGO**, CPF: 070.71\*. \*\*6-\*8 em **24/06/2025 18:00:47**, Cód. Autenticidade  
da Assinatura: **182Z.2200.347X.928V.5046**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de  
Setembro de 2020.



## Informações do Documento

ID do Documento: **42E.A34** - Tipo de Documento: **PARECER - Nº 290/2025**.

Elaborado por **MORENO FERNANDES DE SANTANA**, CPF: 070.54\*. \*\*6-\*0 , em **24/06/2025 - 17:58:26**

Código de Autenticidade deste Documento: 17K1.1X58.526E.X269.0581

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>

